



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1979

ANO V

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo Único — O art. 51 passa a ter o parágrafo seguinte:

“Parágrafo único — Os Secretários de Estado farão declaração pública de bens, no ato da posse e no termo do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos estabelecidos no art. 9º, II.”

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

Apoiamento: Adalberto Daros, Edilson Alencar, Antônio Facci, Nelton Friedrich, Mário Celso, Nilso Sguarezi, José Tavares, Cyro Martins, Romero Filho, Del Ciel, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado, Lineu Turra, Domício Scaramella, Darcy Deitos, Nestor Baptista, Deni Schwartz e Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA:

Os titulares de postos eletivos estão obrigados a fazer declaração pública de seus bens, de que constem a origem e as mutações patrimoniais, como condição para o registro eleitoral (VI, do art. 94, da Lei n.º 4.737, de 15.07.65 - Código Eleitoral).

Ora, os Secretários de Estado são constitucionalmente responsáveis por seus atos próprios e nos conexos com o Governador. Por outro lado, desfrutam de um significativo poder decisório, com conteúdo econômico-financeiro de grande monta.

Como autoridades e administradores de valores públicos, devem estar ao alcance da saudável fiscalização dos contribuintes, representados por seus legítimos mandatários políticos, através da demonstração clara e pública do seu patrimônio, a partir do existente à época da posse até o termo da investidura.